# ESTADO DE RORAIMA
# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
Assembléia Legislativa

Boa Vista-RR, 06 DE MARÇO DE 2008 Criado pela Resolução nº 003A/93 Edição 349 Páginas: 12


## MESA DIRETORA
### DEPUTADO MECIAS DE JESUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
1º VICE-PRESIDENTE

DEPUTADO JOSÉ REINALDO
2º VICE-PRESIDENTE

DEPUTADO DAMOSIEL L. DE ALENCAR
3º VICE-PRESIDENTE

DEPUTADA MARÍLIA PINTO
1ª SECRETÁRIA

DEPUTADO REMÍDIO MONAI
2º SECRETÁRIO

DEPUTADO ROSINALDO ADOLFO
3º SECRETÁRIO

DEPUTADO MARCELO CABRAL
4º SECRETÁRIO

DEPUTADO ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

## COMISSÕES PERMANENTES

**Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:**
Deputado Rodolfo Braga – PTN; **Presidente**
Deputado Flávio Chaves – PV; **Vice - Presidente**
Deputado Ionilson Sampaio – PMDB;
Deputado Jalser Renier – PD;
Deputado Chico das Verduras – PRP;
Deputado Tião Portella – PR; e
Deputado Zé Reinaldo – PSDB.

**Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle:**
Deputado Célio Wanderley – PD; **Presidente**
Deputado Raul Lima – PMDB; **Vice-Presidente**
Deputado Marcelo Cabral – PPS;
Deputada Marília Pinto - PSDB; e
Deputado Francisco de Sales Guerra Neto – PSDB.

**Comissão de Administração, Serviços Públicos, Transportes e Obras:**
Deputado Tião Portella – PR; **Presidente**
Deputado Ronaldo Trajano – PRTB; **Vice-Presidente**
Deputado Rosinaldo Adolfo – PD;
Deputado Remídio Monai – PRONA; e
Deputado Leonídio Neto de **Laia** – PRTB.

**Comissão de Educação, Saúde, Segurança Pública, Ação Social e Colonização:**
Deputado Ionilson Sampaio – PMDB; **Presidente**
Deputado Sargento Damosiel – PRP; **Vice-Presidente**
Deputada Marília Pinto – PSDB;
Deputado Chicão da Silveira – PDT;
Deputado Zé Reinaldo – PSDB; e
Deputado Célio Rodrigues Wanderley – PD.

**Comissão de Defesa do Consumidor, da Família e da Mulher:**
Deputada Lúcia Peixoto – PR; **Presidente**
Deputado Naldo da Loteria – PD; **Vice-Presidente**
Deputada Marília Pinto – PSDB;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB; e
Deputado Socorro Simões - PRB

**Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:**
Deputado Cbicão da Silveira - PDT; **Presidente**
Deputado Erci de Moraes - PPS; **Vice-Presidente**
Deputado Leonídio Neto de **Laia** – PRTB;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB; e
Deputado Tião Portella – PR.

**Comissão de Terras e Assuntos Indígenas:**
Deputada Aurelina de Medeiros - PSDB; **Presidente**
Deputado Marcelo Cabral – PPS; **Vice-Presidente**
Deputado Ivo Som – PTN;
Deputado Socorro Simões – PRB; e
Deputado Zé Reinaldo – PSDB.

**Comissão dos Direitos Humanos:**
Deputado Chico das Verduras – PRP - **Presidente**
Deputado Socorro Simões – PRB; **Vice-Presidente**
Deputado Francisco de Sales Guerra Neto - PSDB;
Deputado Naldo da Loteria – PD; e
Deputado Raul Lima – PMDB.

**Comissão de Ética Parlamentar:**
Deputado Flávio Chaves – PV; **Presidente**
Deputado Sargento Damosiel – PRP; **Vice-Presidente**
Deputado Ionilson Sampaio – PMDB;
Deputado Ivo Som - PTN; e
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB.
**Suplentes:**
1º - Deputado Ronaldo Trajano – PRTB; e
2º - Deputado Tião Portella – PR.

**Comissão de Indústria, Comércio, Turismo, Ciência, Tecnologia e Relações Fronteiriças:**
Deputado Ivo Som – PTN; **Presidente**
Deputado Leonídio Neto de **Laia** – PRTB; **Vice-Presidente**
Deputado Ronaldo Trajano – PRTB;
Deputado Raul Lima – PMDB; e
Deputada Remídio Monai – PRONA.

## ATOS ADMINISTRATIVOS


Da Presidência: Processos 0.060/08 02
Resoluções de Afastamento e Transferência de Cargo 166 a 170 02


## ATOS LEGISLATIVOS


Projeto de Lei 012 02
Projeto de Lei Complementar 001 02
Resolução 003 02
Resolução 004 03


## ATAS PLENÁRIO


Ordinárias 1713 03


## ATAS COMISSÕES


Comissão Especial 04
Reunião Conjunta 09
Comissão de Educação, Saúde, Segurança Pública, Ação Social e Colonização 09

# ATOS ADMINISTRATIVOS

## DA PRESIDÊNCIA: PROCESSOS

**DESPACHO**
**PROCESSO Nº. 000060/ALE/2008**
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Reconheço a Inexigibilidade de Licitação, referente à contratação de empresa especializada em cursos de qualificação técnica, em favor de ÉTICA CONSULTORIA, PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA, no valor de R$ 53.304,00 (Cinqüenta e três Mil Trezentos e quatro Reais), conforme consta no processo em epígrafe, com fundamento no disposto do Art. 25, caput, da Lei nº. 8.666/93, e alterações posteriores. Sendo assim, em atendimento o que dispõe o Art. 26 do referido diploma legal, submeto o assunto a elevada consideração do Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima.
Boa Vista-RR, 06 de março de 2008.
Cristina Regina da Silva Leite
Secretária Administrativa

Ratifico o despacho retro, nos termos do Art. 26, referente à Inexigibilidade de Licitação, para cobrir despesas com contratação de empresa especializada em cursos de qualificação técnica de que trata o presente Processo.

Determino que se publique no Diário Oficial da Assembléia Legislativa, de conformidade, com a exigência contida no mesmo Art. 26 da lei supramencionada, no prazo de 05 (cinco) dias, o presente despacho.
Boa Vista-RR, 06 de março de 2008.
**Antonio Mecias Pereira de Jesus**
**Presidente**

## RESOLUÇÃO DE AFASTAMENTO E TRANSFERÊNCIA DE CARGO

**R E S O L U Ç Ã O Nº 166/2008**

A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o deslocamento da Excelentíssima Senhora Deputada **MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO SANTANA SIMÕES,** para a cidade de Recife-PE, no período de 26.03 a 28.03.08, aonde a mesma participará do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que realizar-se-á naquela cidade, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 06 de março de 2008.
**Deputado ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS**
**Presidente**
**Deputada MARÍLIA NATÁLIA PINTO**
**1ª Secretária**
**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**
**2º Secretário**

**R E S O L U Ç Ã O Nº 167/2008**

A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o deslocamento do servidor **EDMILSON MACEDO SOUSA, Assistente Jurídico,** para o município de Rorainópolis, nos dias 07 e 08.03.08, aonde o mesmo irá tratar de assuntos de interesse desta Casa Legislativa, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 06 de março de 2008.
**Deputado ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS**
**Presidente**
**Deputada MARÍLIA NATÁLIA PINTO**
**1ª Secretária**
**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**
**2º Secretário**

**R E S O L U Ç Ã O Nº 168/2008**

A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o deslocamento dos Excelentíssimos Senhores Deputados **RODOLFO DE OLIVEIRA BRAGA e IONILSON SAMPAIO DE SOUZA,** membros da Comissão Especial Externa criada através da Resolução nº 45/07, que trata da Liquidação da CODESAIMA, para a cidade do Rio de Janeiro-RJ, no período de 07.03 a 12.03.08, aonde os mesmos irão tomar providências junto a CASSI, quanto a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Roraima, com ônus para este Poder, somente no tocante a 05 (cinco) diárias.

Palácio Antônio Martins, 06 de março de 2008.
**Deputado ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS**
**Presidente**
**Deputada MARÍLIA NATÁLIA PINTO**
**1ª Secretária**
**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**
**2º Secretário**

**R E S O L U Ç Ã O Nº 169/2008**

A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **JOSÉ REINALDO PEREIRA DA SILVA,** membro da Comissão Especial Externa criada através da Resolução nº 45/07, que trata da Liquidação da CODESAIMA, para a cidade do Rio de Janeiro-RJ, no período de 07.03 a 12.03.08, aonde o mesmo irá tomar providências junto a CASSI, quanto a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Roraima, com ônus para este Poder, somente no tocante a 05 (cinco) diárias.

Palácio Antônio Martins, 06 de março de 2008.
**Deputado ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS**
**Presidente**
**Deputada MARÍLIA NATÁLIA PINTO**
**1ª Secretária**
**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**
**2º Secretário**

**R E S O L U Ç Ã O Nº 170/2008**

A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI,** para a cidade de Manaus-AM, no período de 12.03 a 16.03.08, aonde o mesmo fará visita na Representação do Governo Estado de Roraima, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 06 de março de 2008.
**Deputado ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS**
**Presidente**
**Deputada MARÍLIA NATÁLIA PINTO**
**1ª Secretária**
**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**
**2º Secretário**

# ATOS LEGISLATIVOS

## PROJETO DE LEI

**PROJETO DE LEI Nº 012/08**

**Altera dispositivos da Lei nº 141, de 25 de julho de 1996, que disciplina a justiça de paz e dá outras providências.**
Boa Vista, 06 de março de 2008
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/08**

**Altera os anexos da Lei Complementar nº 018, de 05 de julho de 1996, que dispõe sobre a organização do quadro de pessoal e plano de carreira do poder judiciário.**
Boa Vista, 06 de março de 2008
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## RESOLUÇÃO

**RESOLUÇÃO Nº 003/08**

Fixa o valor da verba de Gabinete dos Parlamentares e dá outras providências.

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA,** no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte Resolução:

**Art. 1º** A verba de Gabinete dos Parlamentares fica fixada no valor de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), a ser distribuído de acordo com o Anexo Único da presente Resolução, cujo quantitativo será de até 30 (trinta) servidores a serem lotados pelo titular de cada Gabinete.

**Art. 2º** As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta da dotação orçamentária da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima a partir do Exercício Financeiro de 2008.

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março do corrente..

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Resolução nº 012/07..

Palácio Antônio Martins, 06 de março de 2008.

Dep. **MECIAS DE JESUS** - Presidente
Dep. **MARÍLIA PINTO** - 1ª Secretária
Dep. **REMÍDIO MONAI** - 2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 003/08**
**ANEXO ÚNICO**
**TABELA DE REMUNERAÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS DOS GABINETES PARLAMENTARES**

| ASSESSOR PARLAMENTAR | |
|---|---|
| ESPECIFICAÇÃO | VALOR |
| FS – 1 | 1.000,00 |
| FS – 2 | 1.160,00 |
| FS – 3 | 1.300,00 |
| FS – 4 | 2.000,00 |
| FS – 5 | 2.300,00 |
| FS – 6 | 3.000,00 |
| FS – 7 | 4.000,00 |
| FS – 8 (Chefe de Gabinete) | 4.500,00 |
| TÉCNICO LEGISLATIVO | |
| ESPECIFICAÇÃO | VALOR |
| FS – 1 | 1.000,00 |
| SECRETÁRIO (A) PARLAMENTAR | |
| ESPECIFICAÇÃO | VALOR |
| FS – 1 | 500,00 |
| FS – 2 | 550,00 |
| FS – 3 | 600,00 |
| FS – 4 | 700,00 |
| FS – 5 | 800,00 |
| AUXILIAR PARLAMENTAR | |
| ESPECIFICAÇÃO | VALOR |
| FS – 1 | 415,00 |
| FS – 2 | 425,00 |
| FS – 3 | 435,00 |
| FS – 4 | 445,00 |
| FS – 5 | 455,00 |
| Valores a serem adotados, cujo quantitativo de Servidores limitar-se-á ao montante da Verba de Gabinete e adequar-se-á ao salário mínimo quando este for superior ao pago na função. | |

**RESOLUÇÃO Nº 004/08**

Altera os anexo II e III da Resolução nº 035/06 e dá outras providências.

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA,** no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou, e ela promulga a seguinte Resolução:

**Art. 1º** Os anexos II e III da Resolução 035/06 passam a vigorar de acordo com os anexos II e III da presente Resolução.

**Art. 2º** As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta de dotação orçamentária da Assembléia Legislativa

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro do corrente.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Antônio Martins, 06 de março de 2008.

Dep. **MECIAS DE JESUS** - Presidente
Dep. **MARÍLIA PINTO** - 1ª Secretária
Dep. **REMÍDIO MONAI** - 2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 004/08**
**ANEXO II**
**CARGO COMISSIONADO DE ASSESSORAMENTO PARLAMENTAR**

| ASSESSRO PARLAMENTAR | | | |
|---|---|---|---|
| ESPECIFICAÇÃO | QUANTIDADE | VENCIMENTO | TOTAL |
| AP – 1 | 75 | 415,00 | 31.125,00 |
| AP – 2 | 30 | 426,11 | 12.783,30 |
| AP – 3 | 22 | 476,71 | 10.487,62 |
| AP – 4 | 50 | 539,44 | 26.972,00 |
| AP – 5 | 60 | 604,28 | 36.256,80 |
| AP – 6 | 17 | 787,88 | 13.393,96 |
| AP – 7 | 22 | 893,37 | 19.654,14 |
| AP – 8 | 60 | 1.046,27 | 62.776,20 |
| AP – 9 | 70 | 1.226,86 | 85.880,20 |
| AP – 10 | 22 | 1.395,73 | 30.706,06 |
| AP – 11 | 17 | 1.617,18 | 27.492,06 |
| AP – 12 | 145 | 2.000,00 | 290.000,00 |
| AP – 13 | 38 | 3.000,00 | 114.000,00 |
| TOTAL | 615 | | 761.527,34 |

**ANEXO III**
**FUNÇÕES GRATIFICADAS DE CHEFIA**

| NÍVEL DE VENCIMENTO | | |
|---|---|---|
| ESPECIFICAÇÃO | QUANTIDADE | VENCIMENTO |
| ALE-FG-17 | 26 | 5.000,50 |
| ALE-FG-16 | 02 | 3.401,35 |
| ALE-FG-15 | 70 | 1.861,92 |
| ALE-FG-14 | 06 | 1.796,87 |
| ALE-FG-13 | 12 | 1.550,82 |
| ALE-FG-12 | 18 | 1.363,18 |
| ALE-FG-11 | 60 | 1.162,53 |
| ALE-FG-10 | 17 | 992,64 |
| ALE-FG-09 | 10 | 990,64 |
| ALE-FG-08 | 34 | 725,73 |
| ALE-FG-07 | 20 | 671,41 |
| ALE-FG-06 | 07 | 599,37 |
| ALE-FG-05 | 05 | 531,59 |
| ALE-FG-04 | 10 | 529,67 |
| ALE-FG-03 | 22 | 461,23 |
| ALE-FG-02 | 76 | 424,22 |
| ALE-FG-01 | 30 | 415,00 |
| TOTAL | 425 | 22.478,67 |

# ATAS PLENÁRIO

## ORDINÁRIAS

**ATA DA MILÉSIMA SETINGENTÉSIMA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIGÉSIMO QUINTO PERÍODO LEGISLATIVO DA QUINTA LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.**

Às nove horas do dia seis de março de dois mil e oito, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a milésima setingentésima décima terceira Sessão Ordinária do trigésimo quinto Período Legislativo da quinta Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Sargento Damosiel,** declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Remídio Monai,** proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Após, solicitou à Senhora Primeira Secretária, Deputada **Marília Pinto,** proceder à leitura do Expediente. **RECEBIDO DOS DEPUTADOS:** Ofício nº 13/08, de 04/03/08, do Gabinete do Deputado **Tião Portella,** justificando sua ausência à Sessão Ordinária do dia 04 do corrente. **EXTERNO:** Ofício nº 582/08, de 29/02/08, do Ministério da Justiça – Diretoria de Políticas Penitenciárias, informando a celebração do Convênio nº 039/07, entre o Ministério da Justiça e o Estado de Roraima, objetivando a execução do Projeto de Implantação da Escola Penitenciária. Ofício Circular nº 09/08, de 29/02/08, da Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social, solicitando o encaminhamento do quantitativo de estagiários necessários à implementação das ações ou programas executados sob sua jurisdição. Ofício nº 034/08, de 28/02/08, do Ministério da Defesa – 1ª Brigada de Infantaria de Selva, enviando relatório elaborado por representantes da Hutukara Associação Yanomami e o ofício resposta daquele Comando Militar, apresentando considerações visando a restabelecer a verdade sobre os fatos relatados no referido documento da Hutukara. Ofício Circular nº 03/08, de 04/03/08, do Conselho Regional de Administração do Amazonas e de Roraima, solicitando apoio para a criação do Conselho Regional de Administração de Roraima. Ofício nº 06/08, de 25/02/08, do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem de Roraima, solicitando apoio na criação ou aprovação de uma lei que trate da regulamentação da jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, sendo fixada em 30 horas. Carta Aberta, de 11/02/08, da Federação dos Sindicatos de Pescadores Artesanais, Profissionais, Piscicultores e Trabalhadores na Pesca do Estado, saudando o Presidente desta Casa pelos relevantes serviços prestados àquela Federação. Carta Aberta, de 03/03/08, dos organizadores do LevaCAR, agradecendo ao Presidente desta Casa pelo apoio recebido no sentido de viabilizar a autorização de uso do espaço público Parque Anauá. **GRANDE EXPEDIENTE:** O Senhor Deputado **Erci de Moraes** prestou homenagem às mulheres pela comemoração do seu dia, reconhecendo quão triste seria a vida masculina sem as suas presenças iluminadas. Continuando, falou sobre a escolha da data para homenagear as mulheres, lembrando que, no dia 08 de março de 1857, operárias de uma fábrica de tecido de Nova York fizeram uma greve reivindicando melhores condições de trabalho e, como conseqüência, foram trancadas dentro da fábrica e incendiadas. Prosseguindo, destacou que, após um século e meio do episódio, a luta das mulheres para conquistar seu espaço na sociedade tem rendido excelentes resultados, pois muitas são as que ocupam cargos de liderança com absoluta maestria. Finalizou afirmando que as mulheres têm dado demonstrações de que têm muito a contribuir na construção de um mundo mais justo e de uma sociedade mais fraterna, humana e solidária. O Senhor Deputado **Ronaldo Trajano** manifestou sua preocupação com a questão das queimadas no interior do Estado, chamando a atenção para o fato de que o período das chuvas se aproxima e o surgimento de focos de incêndio em algumas localidades já dificulta a visão nas estradas. Em seguida, afirmou que, de acordo com as previsões, no mês de março, as queimadas aumentarão, no entanto o Corpo de Bombeiro ainda não está efetivo em nenhuma região para controlá-las, com o objetivo de evitar outra catástrofe, como a que ocorreu em 2007. O Senhor Deputado **Ivo Som** reportou-se à audiência da Bancada Federal do Estado com o Ministro do Supremo Tribunal Federal, para tratar da questão da retirada dos não-índios da reserva Raposa-Serra-do-Sol, informando que o Magistrado assegurou que qualquer decisão só será tomada com o aval do Poder Judiciário. Finalizando, informou que um membro do PTN em Brasília o procurou manifestando preocupação com as questões do Estado e solicitando informações a respeito da operação Upatakon III, para que elas cheguem mais claras na mídia nacional. O Senhor Deputado **Zé Reinaldo,** lembrando a comemoração do Dia Internacional Mulher, na pessoa da Senhora **Preta do Baliza,** parabenizou a todas presentes em Plenário. Continuando, lembrou que as mulheres conseguiram avanços significativos nas últimas décadas, com o direito de ocupar cargos considerados dos mais relevantes na República, antes ocupados somente pelos homens. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou para a pauta da Ordem do Dia a discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 059/07, que "Institui a Semana Estadual de Saúde Bucal no Estado de Roraima e dá outras providências"; de autoria do Deputado **Rodolfo Braga;** do Projeto de Lei nº 064/07, que "Dispõe sobre as sacolas plásticas fornecidas pelos estabelecimentos comerciais para embalagens ou reembalagens e dá outras providências", de autoria da Deputada **Lúcia**

**Pelxoto**; do Projeto de Resolução nº 01/08, que "Fixa o valor da verba de gabinete dos Parlamentares e dá outras providências"; e do Projeto de Resolução nº 02/08, que "Altera os anexos II e III da Resolução nº 035/06 e dá outras providências". Prosseguindo, solicitou à Senhora Primeira Secretária proceder à leitura do Projeto de Lei nº 059/07. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado. Em seguida, informou que, devido à ausência da autora, a discussão do Projeto de Lei nº 064/07 foi transferida para a próxima Sessão. Dando continuidade à Ordem do Dia, solicitou à Senhora Primeira Secretária proceder à leitura do Projeto de Resolução nº 01/08. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado. Em seguida, solicitou à Senhora Primeira Secretária proceder à leitura do Projeto de Resolução nº 02/08. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**: O Senhor Presidente em exercício, em nome da Mesa Diretora, parabenizou o Senhor Deputado **Chicão da Silveira** e a Soldado PM **Solange**, pela passagem dos seus aniversários. Finalizou homenageando todas as mulheres pela passagem do seu dia. O Senhor Deputado **Ivo Som** prestou homenagem às mulheres, em especial, às do Estado de Roraima, pela passagem do seu dia. O Senhor Deputado **Rodolfo Braga** parabenizou o Senhor Deputado **Chicão da Silveira** pela passagem do seu aniversário, bem como, as mulheres, principalmente as funcionárias desta Casa e a sua mãe, pelo transcurso do seu dia. A Senhora Deputada **Marília Pinto** parabenizou o Senhor Deputado **Chicão da Silveira** pela passagem do seu aniversário. Em seguida, chamou a atenção para as dificuldades que as taquígrafas têm encontrado para realizarem os seus trabalhos, em decorrência do fluxo de pessoas, inclusive algumas que não fazem parte da Casa, bem como, da postura de alguns Parlamentares, que usam a sala para despachar, causando grande prejuízo às suas atividades. Finalizou informando que serão afixadas nas portas da Taquigrafia e da Sala Vip placas restringindo o acesso apenas aos funcionários e Parlamentares. O Senhor Deputado **Flávio Chaves** parabenizou o Senhor Deputado **Chicão da Silveira** pela passagem do seu aniversário, bem como, as mulheres do Estado, em especial, as desta Casa. Finalizou convidando os Membros da Comissão de Ética Parlamentar para uma reunião, às 15h. O Senhor Deputado **Remídio Monai** parabenizou o Senhor Deputado **Chicão da Silveira** pela passagem do seu aniversário. Finalizando, na pessoa de sua esposa e filhas, parabenizou as mulheres pela passagem do seu dia. O Senhor Deputado **Ronaldo Trajano** parabenizou o Senhor Deputado **Chicão da Silveira** pela passagem do seu aniversário. Finalizou parabenizando as funcionárias desta Casa e todas as mulheres do Estado. A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** parabenizou o Senhor Deputado **Chicão da Silveira** pela passagem do seu aniversário, bem como, a Soldado PM **Solange.** Em seguida, informou aos seus Pares que a reunião prevista para o final da Sessão foi transferida para a próxima semana. Finalizando, reportou-se à matéria veiculada na mídia local dando conta de que uma Parlamentar teria declarado à imprensa que haveria mudanças no PSDB, especificamente na Casa Militar, afirmando que a matéria é inverídica, uma vez que nenhuma Deputada Estadual prestou tais informações e que o Governador não manifestou nenhum interesse em fazer essas mudanças. O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** parabenizou o Senhor Deputado **Chicão da Silveira** e a Soldado PM **Solange** pela passagem dos seus aniversários. Finalizou parabenizando todas as mulheres. O Senhor Deputado **Erci de Moraes** parabenizou o Senhor Deputado **Chicão da Silveira** e a Soldado PM **Solange** pela passagem dos seus aniversários. O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** parabenizou o Senhor Deputado **Chicão da Silveira** pela passagem do seu aniversário, bem como, todas as mulheres pelo transcurso do seu dia. O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** agradeceu aos seus Pares pelas homenagens recebidas. Finalizou parabenizando as mulheres pela passagem do seu dia, destacando que a tarefa de uma mulher é muito árdua. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Sessão, convocando os Senhores Deputados para a próxima Sessão, no dia 11, à hora regimental. Estavam presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico das Verduras, Erci de Moraes, Flávio Chaves, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Jalser Renier, Laia, Marcelo Cabral, Marília Pinto, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodolfo Braga, Ronaldo Trajano, Sargento Damosiel, Socorro Simões, Tião Portella e Zé Reinaldo.**

# ATAS DAS COMISSÕES

## COMISSÃO ESPECIAL

### ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO N.º045/2007, PARA ACOMPANHAR O PROCESSO DE LÍQUIDAÇÃO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA – CODESAIMA

### REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2008,

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e oito, às dezesseis horas, no Plenarinho desta Casa Parlamentar, reuniu-se a Comissão Especial Externa, Criada através da Resolução nº 045/2007, para Acompanhar o Processo de Liquidação da Companhia de Desenvolvimento de Roraima – CODESAIMA.

I - ABERTURA DA REUNIÃO

O Senhor Presidente (Zé Reinaldo) - Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, iniciamos os nossos trabalhos.

O Senhor Secretário procederá á leitura da Ata da reunião anterior.

II - LEITURA DA ATA

A requerimento do Senhor Deputado Ionilson Sampaio, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma ratificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovado por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão.

III - EXPEDIENTE

O Senhor Presidente, Deputado **Zé Reinaldo** – Quero dar boa vindas ao nosso Diretor Presidente da CODESAIMA, também Osmar Hentges, nosso querido amigo que também é Presidente do conselho fiscal, que acompanha os trabalhos feito pela equipe técnica da CODESAIMA, meu particular amigo Ricardo Matos, grande companheiro, agradecemos a presença de todos e a sessão se desenvolverá com a palavra do Presidente da CODESAIMA, no intuito de trazer esclarecimentos a esta Comissão em seguida ouviremos o Presidente do conselho Fiscal, a palavra também será aberta aos deputados parta os questionamentos e sugestões e dúvidas a respeito desse processo, dessa Comissão criada não com o intuito investigatório mas com o intuito de acompanhar o desenvolvimento das ações da CODESAIMA relativos a questão da liquidação e venda dos bens da companhia mista de Roraima, portanto dando boa tarde a todos abro a palavra ao Presidente da CODESAIMA Joaquim Ruiz.

O Senhor **Joaquim Ruiz** Presidente da CODESAIMA – Boa tarde a todos, aos Deputados aqui presentes, senhor Presidente, quero agradecer ao Presidente do conselho Fiscal, fiz questão de trazer, até pra que nos fortaleça, dentro de todas as decisões que estão sendo tomadas pela empresa e fazendo a gestão mais transparente possível. Quero começar dizendo para os senhores o seguinte, insistir junto a Comissão sobre o problema do que a CODESAIMA tem a receber do FCVS que a Comissão vá ao Rio de Janeiro, vá a Cassi, não adiante a Comissão ir à Caixa Econômica que eles não tem dados, eles não tem informação eu acabei de ter uma reunião em Brasília...Então a Cassi tem detalhes de tudo que a gente tem direito até porque eles são parceiros para se resolver essa situação, e acharia interessante que essa Comissão fosse até a Cassi, nós daríamos todo apoio de contato com os Diretores, eu gostaria também que a Comissão fosse a Cassi no Rio de Janeiro, e a empresa que faz esse tipo de cadastro junto a Caixa econômica Federal é a Montreal, para os senhores terem uma idéia da Montreal, ela trabalha com os maiores bancos da Brasil, do tipo City Bank, Itaú, Bradesco e é uma empresa, que se nós tivéssemos pagando em dia para resolver os problemas dos mutuários da habitação nós estaríamos pagando uma faixa de dez mil reais por mês ela não tem nenhum interesse de continuar mas ela é a empresa que tem a maior capacidade de executar essa regularização dos mutuários do sistema habitacional, dos vinte e cinco conjunto habitacionais nosso. Então eu começaria pelo que eu tenho a receber, para depois falar o que nós devemos. Era importantíssimo que a Comissão fosse na Cassi no Rio de Janeiro e na Montreal em Minas Gerais para colher todas as informações em relação o que a CODESAIMA tem a receber. Então esse é o ponto de recursos a receber, eu quero falar aqui no Macro, desde de quando entrou o processo de liquidação das decisões que nós já tomamos, quando eu vim aqui com o Presidente coloquei uma série de coisas, outras não tinha ainda acontecido. Por exemplo a CPMF, a CODESAIMA, ela é agente financeira e pouca gente sabe disso aqui, ela tem autorização do Banco Central de operar como banco, por exemplo, no caso aqui que nós temos aqui uma agencia de fomento, necessariamente, a CODESAIMA pode fazer isso, então o que aconteceu, chegou a dívida, recentemente, de R$ 400.000,00 junto a secretaria do Tesouro Nacional, arguindo o problema da CPMF. A partir do momento que o Governo assinou o decreto aprovado pela Assembléia dando a isenção dos mutuários, que os mutuários não precisariam mais pagar suas prestações, nós deixamos de fazer qualquer tipo de movimentação financeira porque ninguém pagava no banco, como a CODESAIMA não informou à Secretaria do Tesouro Nacional, eles sessaram a informação e vieram autuando a gente ano a ano, isso daria em torno de quarenta e poucos mil reais e já estar em quatrocentos e poucos mil, eu tenho esses números exatos que eu posso dar depois para a Comissão, nós recorremos dessa decisão pegamos o nosso jurídico, que é uma dívida que esta na divida ativa e que nos vamos baixar agora, esse é o problema da CPMF, problema da BOVESA. Dívida que está na justiça ela se aproxima de seis milhões de reais, eu pedi por escrito da BOVESA, toda a dívida da empresa to com o documento aqui do dia 01/02/08 a dívida é um milhão e oitenta e cinco mil, e vou entregar aos senhores, nós estamos questionando, ,o MAFIR estava em processo de leilão da ação da BOVESA e dois terrenos da empresa foram penhorados, de uma dívida transformaram em duas e nós estamos questionando porque se nós temos uma dívida de cinco como é que a BOVESA nos informa agora em fevereiro Agora, em fevereiro, a dívida é de um milhão e trezentos. Mas, não estamos

questionando a dívida, nós estamos questionando os valores. No caso do FCVS, nós estamos fazendo os acordos trabalhistas, já são mais de 400 acordos trabalhistas, a nossa folha, da última vez que eu deixei aqui estava líquida em torno de duzentos e poucos mil, já está em 195 mil. Nós estamos fazendo acordos paulatinamente, é um processo de redução, o que aparece na dívida do FGTS é de R$ 7.800,00. Na realidade, nós finalmente, conseguimos. Eu fui a Brasília, depois eu vim com a Procuradoria da Caixa Econômica aqui em Boa Vista, falei com a Superintendente, a Mara, e conseguimos estabelecer um entendimento, em reduzir a dívida. É que essa dívida não existe, porque toda vez que se faz um acordo trabalhista, e eu passei para o Presidente todos os acordos que foram feitos naquela época, você vai reduzindo a dívida do FGTS e da Previdência. Agora nem a caixa pode calcular o que nós estamos devendo, nem eu posso dizer para elas que a dívida é essa, o que tem que ser feito é o que foi acordado, foi de pegar as fixas, de uma a uma, dos funcionários, de todas as pessoas que fizeram o acordo. E, com isso, nós estamos no processo final desse levantamento. Então, eu logo dei entrada na Caixa, isso já está acordado, a Caixa suspende todas as ações contra a empresa que estão tramitando na justiça, porque a realidade é que essa dívida vá para R$500.000,00, esses quinhentos mil reais que chegam são a dívida das pessoas que ainda estão na empresa, e que o FGTS não foi recolhido até dois mil e quatro. A partir de 2005, todos os encargos sociais têm sido recolhidos, rigorosamente, em dia. No caso da SUDAM, tem uma dívida na Procuradoria da República, porque é ela quem cobra essas dívidas que é recurso público, do que, nós devemos R$1.750.000,00. Estive no ministério da Integração semana passada, conversamos com os técnicos, fizemos três reuniões, estivemos com as pessoas do BASA em Belém, e eu creio que dentro de, no máximo, 45 dias também a gente zera. Como a empresa não informava ao BASA, e não passava as informações para a SUDAM, eles não tinham dados. Então aconteceu que as ações que nós tínhamos lá, significavam se tratava de uma empresa robusta. E, na realidade, não era, porque toda vez que o estado fazia transferência para aumento de capital, as aplicações com as quais a SUDAM entrou nas empresas, ela ia reduzindo a participação da SUDAM. Então, o Estado, hoje, de acordo com os balanços, tem 95% do capital das ações da empresa, e essa empresa ela vem dando prejuízo seguidamente. Ora, se ela vem dando prejuízo, as ações são negativas, se elas estão negativas eu não tenho dívida com a SUDAM nem tenho dívidas com o BASA, o que precisava era de informações. Então eu acredito que, dentro de 45, sessenta dias, eu devo estar zerando essa outra dívida da empresa. No caso da SUFRAMA, eu estou colocando para os senhores as ações que nós estamos tomando nesse processo de liquidação. No caso da SUFRAMA, foi a mesma coisa, nós tínhamos uma dívida de 295.000,00, e a SUFRAMA já estava questionando na justiça, nós fizemos um acordo passamos as informações, e estamos aguardando a quitação dessa dívida, porque na realidade ela não existe. O que vai ficar de dívida pesada para a Empresa é a dívida da Previdência, porque aí você tem juros, correção, mas também não é aquele elefante branco. Nós devemos fechar essa dívida, eu não posso passar o número exato para vocês porque todo dia existem acordos trabalhistas, e todo dia nós vamos abatendo essa dívida, só que, no caso da Previdência, é diferente do FGTS. Então, a dívida da previdência que estava em torno de R$ 100.000.000,00 não chega a isso. Eu acredito que, até ao final do ano não tem como dar esses dados precisos para a Assembléia, porque nós temos acordos trabalhistas programados até outubro, para vocês terem uma idéia. Então, não tem como, porque se eu der um dado para vocês hoje, ele não será daqui a trinta dias, até porque, como nós estamos em processo de demissões, é uma coisa que vem mudando, quando a folha foi entregue a ele, a folha estava duzentos e cinqüenta mil, hoje está em R$195.000,00. No entanto, os encargos trabalhistas crescem. Eu tenho aqui um relatório, dizendo como é que o Governo, a sociedade, tem ganho com esses acordos que nós temos feitos. Outra coisa que estava na conta prejuízo, outro dia o ex- Governador perguntou se eu estava fazenda mágica, e eu disse que nem inventei a roda, o problema é que faltava essa informação, caso da dívida da CODESAIMA, por exemplo, a jatapu estava na divida da CODESAIMA, nós não devemos jatapu, jatapu esta paga, e está transferida para o patrimônio da CER, o que precisa é você dar baixa nessa divida no balanço, fazer uma coisa legal. E só aí, eu tiro praticamente R$ 90.000.000,00, ora, tudo que se pagou para a caixa econômica, para vocês terem uma idéia, dos conjuntos habitacionais, nós estamos em dia com os conjuntos, nós não devemos à Caixa. E outra informação que chega para a opinião pública, é raro, o que precisa é regularizar a CASSI e com a Montreal. Nós estamos devendo à CASSI, à Montreal, o seguro e os dois conjuntos alvorada e paraná que não entraram nesse acordo, que é uma dívida de sete milhões e meio, que pode ser parcelado em até vinte anos, não há nenhuma dificuldade, a Caixa já assina, com o parcelamento dentro da capacidade de pagamento do Estado, são coisas que vieram depois do processo de liquidação. Então eu estou deixando aqui pra vocês detalhadamente, e já, inclusive, atualizados todos os exercícios de todas as prestações que vêm sendo pagas bem antes do Governador Flamarion Portela fazer o decreto anistiando, quando ele anistiou, o Governo já pagava todas as prestações dos conjuntos. Então eu estou trazendo aqui, todas até dezembro de 2007. Então isso aqui aparecia também como dívida, não dívida, isso aqui foi pago, e colocado o que tem a vencer até 2015, como dívida, não é dívida. Eu tenho prestações a vencer, ela só se caracteriza dívida contabilmente, quando eu não pago. Então, eu já trouxe muito mais coisa atualizada, eu tenho acordos aqui que eram R$ 13.000,00, mas passaram para três mil e quinhentos, acordos que nós fizemos na justiça, o que nós ganhamos aqui? O FGTS, por exemplo, não me interessa, não tenho que discutir com a Caixa se a dívida lá está em R$ 20.000,00, o que eu tenho que mostrar para a caixa é que eu quitei com esse cidadão a dívida que tínhamos com ele. Então, o Estado ganha quando ele faz o acordo trabalhista, é uma pessoa a menos, ganha sobre o problema do FGTS, reduz o que ele teria que pagar, e ganha também porque é um problema a menos. Então a justiça acompanha passo a passo o que está sendo feito na empresa sobre os acordos trabalhistas, encargos sociais. Esses são os pontos, como eu trouxe uma vasta documentação para vocês e quero informar a vocês que, na gestão pública terá que ser assim mesmo, para facilitar o trabalho dos representantes do povo, nós estamos procurando fazer a coisa mais transparência possível. Nós vamos ter dificuldades de orçamento porque foi reduzido nosso orçamento de 2008 e na SEPLAN, quando estávamos discutindo, ela disse que a folha da CODESAIMA vinha numa fase decrescente, e eu dei um exemplo de um funcionário, isto é, para cada funcionário que tiro, ganho 1.500,00 reais e que tenha dez anos de empresa. Agora são os mais antigos os que estão lá, eu crio uma despesa de R$45.000,00, mais ou menos, porque esses são os funcionários mais antigos, funcionários com 20 anos, 25 anos, aqueles que estavam mais recentes já saíram, que eram acordos pequenos. Vou dar exemplo aqui de seu Adriano. Ele é um dos funcionários mais antigos e que tinha uma das maiores remunerações. Quando ele foi sair o acordo estava para R$170.000,00, nos fizemos um acordo de R$ 90.000,00, mas tem que ser pago. Então, eu parcelei em 10 vezes, agora incide sobre isso aqui as contribuições sociais, por mais que a gente reduza a dívida as obrigações sociais sobre isso nós temos que recolher rigorosamente. Então, se minha folha sai de R$240.000,00 porque sai uma pessoa que ganha numa faixa de R$5.000,00, que era um dos maiores salários da empresa, estou reduzindo cinco, mas eu estou aumentando aqui mais ou menos nove mil reais por mês, durante um período. Então a previsão do orçamento nosso estava encima disso quando houve um corte, nós vamos ter dificuldade de cumprir as obrigações, e para regularizar essas situações dependo da Cassi e da Montreal. Eu gostaria, e deixo aqui o apelo para que a Comissão fosse ao Rio de Janeiro, na Cassi, e em Minas na Montreal, para tomar conhecimento dessa situação. E o que eu quero, resumindo, se isso tudo der certo e mesmo amanhã não sendo Presidente da empresa, se fizer isso aí eu acho que nós avançamos muito, porque dá para zerar a dívida e ter sobra de recursos para o Estado.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Quando o Governo do Estado mandou para cá o projeto para liquidar a empresa, eu nunca me convenci que isso fosse necessário, com muita clareza, é tanto que eu votei contra a extinção da empresa. Eu fui, um dia antes, ao escritório do Ricardo, e perguntei para ele como era esse negócio de liquidação da CODESAIMA, e o Ricardo me passou algumas coisas do FGTS, me explicou o Fundo de Compensação, a questão do nosso ar cevo em relação à mineração, uma série de coisas. Mas eu acho que isso não ficou bem claro para nós, os Deputados, se nós tivéssemos, à época da votação tudo isso, talvez nós teríamos arrumado uma outra solução para CODESAIMA, e não essa que foi tomada pela Assembléia Legislativa. Mas, tudo bem, já foi tomada essa decisão, agora é tentar resolver essa situação da melhor forma possível. A prova maior do que eu estou dizendo, é que o próprio Presidente da empresa, Joaquin Ruiz, falou agora para a gente que a dívida da BOVESA não é essa, o FGTS não é dessa forma, nem com a SUDAM, nem com a SUFRAMA, talvez com o INSS, sim. E que era possível resgatar a empresa da situação que ela se encontra, sem passar pelo trauma da extinção dela que vai ser maior, em função de tudo que ele explicou aqui, para o produtor de peixe, para o produtor de frango, ovo, para a pessoa que compra a carne morta, essas pessoas sim, e os funcionários da CODESAIMA vão fazendo acordo com a empresa ao longo do tempo, e essas outras pessoas que de uma maneira ou de outra dependiam da CODESAIMA, porque é uma das funções do Governo, é fomentar o desenvolvimento, por isso que eu votei contra o projeto, primeiro porque não estava clara a necessidade disso. A prova maior está aí, agora tudo bem, foi liquidada, está na Comissão liquidante, e vamos ver de que maneira a gente vai fazer. Vamos ter que arrumar uma solução orçamentária já que o nosso colegiado tomou a decisão em relação a isso. Eu fiz uma crítica que eu não entendia, por que nove milhões para a CODESAIMA. É que nunca foi esclarecida essa situação, até quando você ligou para mim e explicou toda a situação. Então uma das coisas que eu sugiro, é que nós devemos levar essa preocupação ao governo do Estado, já que foi desejo do Governo extinguir a empresa, tem que dar condições para ela ser extinta.

O Senhor **Joaquin Ruiz,** Presidente da CODESAIMA – Só para lembrar, essa síntese foi colocada nesse documento que estou passando agora para todos vocês.

O Senhor Presidente, Deputado **Zé Reinaldo** – Com a palavra o Deputado Rodolfo Braga.

O Senhor Deputado **Rodolfo Braga** – Quando o Projeto de Lei veio para cá, houve muitas discussões, e nós só votamos o processo de extinção a partir do momento em que eu coloquei no Projeto de Lei, de que

a Assembléia iria constituir uma Comissão e nós íamos acompanhar até o final. Então, eu bati o pé, até o último momento, mas muitos achavam que não era necessário, e nós conseguimos aprovar. A extinção da CODESAIMA, acho, era necessária, até porque ela foi usada. Ontem eu disse que todos os Diretores que passaram pela CODESAIMA estão sendo processados, dentre os quais eu tirei um, e esse um, que tirei, soube hoje que está sendo processado, também. Eu acho que ela está cumprindo seu papel, o problema é que nós fizemos a extinção da CODESAIMA eu votei a favor, mas nós não tínhamos a certeza que todos os bens estavam penhorados, o que nós sabíamos é que parte desses bens estavam penhorados e outra parte não. Eu questionei, à época, a extinção da CODESAIMA, quando nós votamos, eu questionei que ela é uma SA, ela é regida pela lei das SA. Então, antes de mais nada, eu achava que o conselho deveria ter sido ouvido, e eu questionei também isso. Eu queria saber do Presidente liquidante, qual é a preocupação, ou seja, alguns desses sócios já entraram, por exemplo, na justiça contra essa liquidação, porque eles são partes interessadas, eles precisaram ser ouvidos. Então se eles não entram eu tenho quase certeza que no momento certo eles vão questionar na Justiça.

O Senhor **Joaquin Ruiz,** Presidente da CODESAIMA – Quando foi iniciado o processo de liquidação, que é um ato natural, quando há um interesse da união, a receita federal toma a seguinte decisão: ela informa todos os órgãos fiscalizadores sobre esse processo que entra em liquidação, e teve momentos lá que havia três fiscais de órgãos distintos, e não é fácil. Então, essas coisas começaram a aparecer porque a partir do momento em que o processo entrou em liquidação, nesse momento você tem que apurar tudo.

O Senhor Deputado **Rodolfo Braga** – Eu quero fazer alguns comentários. Eu lembro desse contrato com a Montreal. E eu só queria saber por que o Governo do Estado, unilateralmente, rompeu esse contrato, sabendo que a Montreal é que tem o conhecimento para fazer esses cálculos e para levar a termo esse trabalho, e no entanto unilateralmente foi o Estado que rompeu o contrato com a Montreal?

O Senhor **Joaquin Ruiz,** Presidente da CODESAIMA – Um período eles romperam, mas depois viram que não tinham como, porque quem cuida dessa área da Região amazônica é, praticamente, a Montreal. Então não tinha para onde correr, e foi retomado só que não pagaram, e ficou a dívida. Eu estou propondo, logo que a gente consiga reduzir essas parcelas, dos acordos trabalhistas que o Governo tomou com prioridade, eu acho que é uma ação correta, a segunda etapa desse processo, é partir para o entendimento com a Montreal. A dívida hoje está em torno de cento e setenta mil, só que eles não confiam mais, porque mandaram o cheque, que voltou sem fundo. Agora o que a gente tem fazer é depositar uma parte desse recurso, e dizer para eles que nós queremos operar a partir do momento que quitarmos tudo que está aí e pagarmos a primeira parcela do mês, em dia.

O Senhor Deputado **Rodolfo Braga** – Um outro problema que eu ...Tem alguns bens, que eu não sei se já foi para o fundo, ou se já sumiram. Nós tínhamos na CODESAIMA, por exemplo, quando eu fui Deputado pela primeira vez, uma série de barcos e uma série de balsas, e eu lembro dessas balsas muito bem, porque quando nós chegávamos em Caracaraí, elas estavam todas ancoradas. E, com o tempo, foram depredadas, e sumiram. Nós tínhamos uma fábrica de gelo que era modelo, flutuante – **(interferência do Joaquin Ruiz) a balsa flutuante não era nossa, não era da** CODESAIMA, **ela foi comprada e foi colocada para** CODESAIMA **mas o recurso da compra do equipamento foi do Governo do Estado, na época, foi para a** CODESAIMA **manter a estrutura, a que é nossa é a atual fábrica de gelo que está em operação em Caracaraí, que também é outro problema, nós vamos partir, para o leilão, e isso nos preocupa porque tem os pescadores artesanais que têm a fábrica de gelo daqui que funciona. Porque nós temos pequenos pescadores aqui que a gente não pode deixar. - Rodolfo braga retornou a palavra** – Então retornando a palavra, eu pergunto. O Calef antes de deixar a CODESAIMA, eu tenho uma informação, que o Calef mandou fazer um levantamento de todos esses barcos e balsas e encontrou uma dessas balsas e barcos em perfeitas condições ainda de uso no Estado do Pará, no Amazonas em Santarém. Eu pergunto, hoje a Comissão de liquidação tem conhecimento de que existe esse patrimônio de qualquer maneira.

O Senhor **Joaquin Ruiz,** Presidente da CODESAIMA – Uma foi leiloada, a melhor que tinha, na época do Calef, Acre Natal, a melhor Balsa que tínhamos na empresa foi leiloada, aquela que está em Manaus, está como fiel depositário, muita coisa que está no patrimônio da empresa foi transferida para o DER, e não foi dado baixa no patrimônio, como dívida, entra no passivo porque não foi atualizado. Mas foram coisas que já foram para o DER, e pior, foram leiloados no DER, foi perdido no DER. Mas nós passamos, tem documento na empresa, passando para o DER, mas não era só Balsa, eram também tratores, eram caminhões, foram passados para o DER. Daqueles equipamentos todos, que constavam, grande maioria era do Estado, e outra parte era da empresa, hoje o que ainda está na empresa, está como fiel depositário. Então, a pessoa que assinou lá o termo é responsável por isso aí. Todo o patrimônio da empresa agora foi levantado através de uma Comissão que eu passei para vocês porque foram um acordo que nós fizemos com o Ministério Público, de que se levantasse tudo

O Senhor Deputado **Rodolfo Braga** – Então, nesse caso, todos esses bens estão, hoje, elencados nessa relação?

O Senhor **Joaquin Ruiz,** Presidente da CODESAIMA – Todos estão elencados. E aí eu quero fazer um apelo para os senhores. A UERR precisa montar um laboratório, fazer um outro custo de investimento, para um investimento que já existe, eles queriam tirar os equipamentos de lá e levar para a UERR. Eu propus ao reitor que deixasse aquela unidade à justiça federal, que tem extrema sensibilidade, porque um dos juízes é professor universitário. Então tem extrema consciência de que, se nós fizéssemos uma concessão de uso para a estrutura da usileite, você teria um laboratório para fazer esse tipo de análise bacteriológica, de todos os animais que nós comemos, o porco, tudo, teríamos uma estrutura de um laboratório de referência para leite seus derivados, e pode-se fazer em conjunto com a UFRR, no lugar de nós vendermos ou leiloarmos, poderia ser passado para pesquisa. Então essa proposta eu passei para o reitor da UERR.

O Senhor Deputado **Rodolfo Braga** – Ontem eu disse aqui que a liquidação da CODESAIMA não vai acontecer da noite para o dia, provavelmente irá passar este ano e o ano que vem, e não vamos concluir os trabalhos, até porque eu acompanhei a liquidação do DER, quando eu assumi quatro anos atrás, eu acompanhei todo o desenrolar da liquidação, porque quem está lá é uma advogada que eu conheço muito, trabalhou aqui na Assembléia, doutora Teresina, que trabalhou na liquidação lá, e que tem um conhecimento de liquidação muito vasto, porquanto ela deu suporte a tudo isso, e quando não vinha dinheiro, pedia recurso aqui, eu defendia o DER para que fosse liberado o recurso, porque se não fossem pagas as dívidas do DER nós não poderíamos fazer a sua liquidação. Então eu defendi aqui, não foi liberado um milhão nem dois, nós liberamos aqui muito mais de vinte milhões, para que fossem pagas as dívidas da DER.

O Senhor **Joaquin Ruiz,** Presidente da CODESAIMA – Só para clarear o seu raciocínio, em todo acordo trabalhista nosso, se nós atrasarmos, e a multa der cinquenta por cento de um mês para o outro, não tem para onde correr. Então, se nós não cumprirmos, vira bola de neve. Mas, como nós estamos conseguindo pagar em dia, a justiça entende que é de boa vontade.

O Senhor Deputado **Rodolfo Braga** – Se nós conseguirmos liberar o dinheiro do FCVS, onde nós levantamos esse valor na Caixa Econômica, esse dinheiro que tem lá hoje quita essas dívidas todas da CODESAIMA, nós poderemos vender, leiloar, desfazermos da melhor forma possível da empresa?

O Senhor **Joaquin Ruiz,** Presidente da CODESAIMA – Com certeza, porque nós vamos receber letra do tesouro, e a letra do tesouro prepara (inaudível) quando você vai vender, quando eu vou pagar a dívida junto à União é pelo valor nominal, caso, então, não tenha dúvida que você quita todas as dívidas da empresa e, aí, sim fica livre para que a gente realmente faça um leilão que traga um resultado para o Estado.

O Senhor Deputado **Rodolfo Braga** – Quais são as possibilidades reais hoje, de nós conseguirmos essa letra do tesouro?

O Senhor **Joaquin Ruiz,** Presidente da CODESAIMA – É preciso retomar o processo com a CACI e com a MONTREAL, e regularizando, nós já temos oitenta e dois por cento de quase todos os conjuntos regularizados, que falta agora passar a informação, e eles fazerem as informações junto à Caixa, e a Caixa informar à Secretaria do Tesouro. Na reunião que estive agora, do Fórum dos Secretários dos Trabalhos junto ao Ministro das Cidades, conforme foi colocado há um interesse muito grande, porque não é um problema do Estado de Roraima, alguns Estados resolveram os seus problemas do FCVS. Então o Governo já reconhece que foi um erro, muito mais do Governo Federal do que nosso, daquelas políticas que mudavam planos, se criavam planos. E o nosso é diferente, o nosso é mais porque não pagamos seguro, não pagamos a MONTREAL, e não pagamos a CACI, mas as prestações estão sendo pagas rigorosamente.

O Senhor Deputado **Rodolfo Braga** – Esse FCVS, o mutuário não é detentor de uma parte desse dinheiro?

O Senhor **Joaquin Ruiz,** Presidente da CODESAIMA – Não. O sistema mudou. Agora tem um tipo de financiamento de carro, que a parcela, vai para o final, e vai reduzindo. Esse é o sistema que a Caixa entrou agora.

O Senhor Deputado **Rodolfo Braga** – Então, vou deixar que os outros Deputados se pronunciem, depois eu retorno.

. O Senhor Presidente, **Zé Reinaldo** – Com a palavra o Deputado Remídio Monai.

O Senhor Deputado Deputado **Remídio Monai** – Ontem eu estava dizendo aqui se a gente for ouvir o Joaquin Ruiz nós vamos achar que foi um erro liquidar a CODESAIMA, mas eu acho que não foi um erro, não, porque parte dessas explicações você deu aí a respeito dos empregos indiretos, uma vez que no caso de liquidar o MAFIR e a usina de leite, quem assumir vai continuar talvez não pelo custo, pelo preço social que o Governo passa pelo preço simbólico, mas vai continuar oferecendo a farinha, a carne morta, vai continuar gerando emprego. Eu quero perguntar é sobre todos valores do patrimônio, e outra coisa é sobre o valor necessário para retomar o processo com a CACI e a Montreal para que então possa ter o credito.

O Senhor **Joaquin Ruiz,** Presidente da CODESAIMA – Eu não quero exercer nenhum poder de convencimento, o que eu estou colocando e

a convicção de se fazer a melhor forma de liquidação. Quando eu coloquei o problema social, eu não acredito que o empresário, qualquer um seja, (inaudível) que se eu posso vender para o Amazonas a sessenta centavos, não me importa se aqui vai ser demitido, e eu tenho um mercado bem aqui dom lado extremamente competitivo. O senhor sabe, na carne, o que é ser grande, a diferença de um Estado Forte de um pequeno. Então, eu não acredito nessa de que o empresário vai viabilizar a questão do emprego, ele está pouco se importando se aqui produz peixe ou não produz. O sistema liberal americano é um discurso muito bonito para fora, até a eleição deles democraticamente é complicada. Então, esse governo neo-liberal, de livre iniciativa, não acredito tanto. É que quando o americano entra em recessão ele faz o inverso da gente. Aqui, você aumenta o juro para criar dificuldades para o cidadão ter uma qualidade de vida melhor. Lá eles baixam tudo, mesmo numa crise econômica eles baixam juros para aquecer a economia. Nós temos esse gargalo, o Deputado tem uma empresa gera emprego, aquece a economia do Estado mas enfrenta uma dificuldade com os grandes, não será diferente aqui. Vocês sabem que o Amazonas tem isenção de tudo. O Preço não está simbólico, eu falei, aqui, que o preço do couro acompanha a bolsa de valores de São Paulo, só que o Amazonas é diferenciado, não adianta, porque eles têm incentivos que o Estado de São Paulo não tem, que o Estado de Rondônia não tem. Então, eles têm esse diferencial. Eu citei esse exemplo, porque você enfrenta esse mesmo problema.

O Senhor Presidente Deputado **Zé Reinaldo** – Com a palavra o Deputado Chicão da Silveira.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Registro, aqui as nossas boas-vindas aos convidados da ex CODESAIMA, hoje o nosso liquidante e sua assessoria. Eu fui uma das pessoas que bateram firmemente, tentei convencer este poder legislativo que nós não deveríamos acabar com a CODESAIMA, que era a única empresa de desenvolvimento que este Estado tinha. Mas infelizmente os maus-gestores que lá passaram, parece que escolheram para colocar ali só ladrão, só para sucatearem a CODESAIMA. É brincadeira! Os dirigentes que por ali passaram, sem exceções, todos respondem processo na justiça pela má condução do dinheiro público. O último escândalo que nós não vamos esquecer é de um cacho de banana valer três mil reais. Se eu plantar banana, e vender dois reais o cacho, se a CODESAIMA comprar a três mil reais o cacho, mas eu não conseguir vender para a CODESAIMA, são tantas as coisas que aconteceram na CODESAIMA, que eu sou totalmente contra, até hoje sou contra, por dois valores. Primeiro, é que nós temos que ter uma empresa de desenvolvimento do Estado, nós temos que criar um mecanismo, eu acho que a reserva de capital, não sei onde está o patrimônio da CODESAIMA. Eu gostaria perguntar ao Joaquin, conhecendo a conduta ilibada do Joaquin, sua competência, por onde já passou... eu sei que tem trator de esteira em fazenda em mãos de terceiros, até hoje a CODESAIMA não arrecadou esse trator, são coisas...a reserva de capital da CODESAIMA. Acredito que diante suas despesas, pelo sucateamento da CODESAIMA, eu jamais empataria, zeraria, débito e crédito, mas mesmo diante de algumas situações eu acho que nos deveríamos, à época, ter ido pelo sacrifício, hoje, que a CER paga, a CER hoje paga para gerar energia é muito alta. Eu acho que nós deveríamos ter pensado melhor, mas chegou aonde chegou. Eu queria perguntar se nós já temos algum pretendente para a situação do MARFIR, sobre a avaliação monetária que foi feito... o valor é muito alto, não há interessado, que é que vai ser feito do MARFIR? É que nós, por incrível que pareça, no Estado de Roraima, não temos uma empresa particular, um matadouro particular, o Estado não tem essa estrutura física e financeira. Então eu perguntaria, qual a viabilidade da liquidação para que nós, pelo menos, sanarmos com pessoal, encargos sociais, FGTS. E se nós, dentro dessa liquidez, deixaríamos empatar diante dessa situação.

O Senhor **Joaquin Ruiz,** Presidente da CODESAIMA – Quando eu comecei aqui a minha explanação, expus alguns tipos de dívidas que foram colocadas para empresa sem nenhum tipo de questionamento, falei aqui sobre a CPMF, como somos agentes financeiros, de um determinado tempo para cá, quando as pessoas deixaram de pagar suas prestações porque houve aquela anistia, não foi informado ao Banco Central, aí aconteceu do Banco pegar mês a mês a última parcela que tinha sido paga do CPMF, e foi acrescentando todos os meses, mas nós nunca respondemos, e isso virou um dívida fictícia de quatrocentos e vinte oito mil, junto à SUDAM. É uma dívida fictícia também, se a empresa não deu lucro, as minhas ações na bolsa de valores não têm valor. Então, eu não devo um milhão e oitocentos à SUDAM, eu não devo quatrocentos mil à SUFRAMA, nunca ninguém questionou isso. Eu não estou inventando nada, eu tenho uma equipe de advogados, técnicos que fazem esse trabalho todo, que é obrigação nossa fazer esse trabalho junto com a Comissão, que os senhores participam. O FGTS, por exemplo, a gente estava aceitando tudo que a caixa mandava, ninguém questionou, por exemplo, o que está se pagando, os acordos trabalhistas, acordo é acordo, sentença judicial não se discute. Então o que estou colocando aqui para vocês é isso. Por exemplo, a dívida de sessenta e dois milhões que está como se nós estivéssemos devendo à caixa, e não existe. Nós pagamos rigorosamente em dia as prestações. Então essa dívida que colocamos de cento e vinte milhões, não existe. Agora, tem que ter coragem de enfrentar isso tudo, todos nós temos problemas na justiça, porque toda vez que alguma coisa vai para a justiça, mesmo que seja de gestão anterior, nós vamos imediatamente para o cadin. É normal a minha conta pessoal, de vez enquanto, estar sendo bloqueada e meu nome ir para o cadin, de coisas do anterior, porque, de acordo com a lei das SA, você é o responsável. Então no caso do Haroldo, eu quero a prestação de contas dele no Tribunal de Contas do Estado, conforme acompanhei, foi aprovado e ele teve problema,que eu estou tendo também, eu como gestor, qualquer coisa vai para justiça federal e, se não questionado , todos os diretores são co-responsáveis na lei das SA, com certeza. Para resumir a pergunta que o senhor me fez, no dever e no haver, vai ter haver para o Estado, agora eu não sou contra a decisão da liquidação, minha obrigação é colocar para o senhores todas as ações que estão sendo feitas para regularizar a situação da empresa para o seu fechamento.

O Senhor Deputado Deputado **Ionilson Sampaio** – Eu continuo considerando um erro nós termos extinto a CODESAIMA, desde o ano passado se falava sobre a questão da garimpagem nas áreas indígenas. Área indígena, mais o sub-solo são da União, e o Congresso Nacional vai arrumar uma solução para, a partir daí, começar a extração mineral mesmo nas áreas indígenas. Nessa época eu discuti com Ricardo, que a CODESAIMA tinha várias áreas requeridas para Fazer a garimpagem, hoje está no impedimento porque lá é área indígena que vai ser regulamentada pelo Congresso Nacional. Só esse fato justificaria a não liquidação da empresa, essas áreas requeridas vão valer, vão ter um valor absurdo no mercado, quando as empresas mineradoras quiserem participar (interferência do Joaquin Ruiz – um grupo Canadense e um grupo Chinês, que já estiveram em reunião comigo, não divulguei nada por causa dessa situação) Deputado Ionilson Sampaio – Essa decisão não poderia ter sido tomada, voltamos, eu acho que lempestivamente, faltaram-nos informações. O Joaquin está correto, a posição dele é cuidar como liquidante, o mérito de ter acabado com a CODESAIMA é da Assembléia, não é dele. Então, voltei contra, por essa e por outras questões que agora, acredito que está ficando mais claro.

O Senhor Deputado **Remídio Monai** – Esse direito de explorar pode ser transferido para o Estado, não pode?

O Senhor **Joaquin Ruiz,** Presidente da CODESAIMA – Não, não tem como.

O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** – O Deputado Remídio Monai fez uma pergunta interessante. Nós sabemos que, quando liquidar, há um valor para essa condição da CODESAIMA poder explorar as áreas e licença e, provavelmente, tem um prazo para se vencer essas licenças pelo o que nós acompanhamos no início. Todos os pedidos feitos pela CODESAIMA foram negados para ela poder fazer exploração mineral. Mas agora isso tem um valor, extinguindo a CODESAIMA, com ela acaba esse valor, e o que nós poderíamos fazer? Eu pergunto aqui para a Comissão que possa também tomar conhecimento. É um valor de extrema importância para o Estado porque a DNPM voltou para o Estado de Roraima, mas ela não voltou de graça, ela voltou com algum objetivo, e logo no momento seguinte a autorização da Assembléia para o Governo do Estado poder dar início à liquidação da CODESAIMA que era a única companhia do norte com condições e autorização para trabalhar na exploração de minérios. Então tem que haver um valor para isso, para que nós não possamos enterrar junto com o processo da liquidação da CODESAIMA algo que foi adquirido e ainda está em vigência dentro do nosso Estado.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Nós cometemos erro gravíssimo, e devemos admitir que a CODESAIMA não deveria ser extinta, cometemos um erro absurdo. Hoje nós só teríamos uma saída, era a gente criar em cada Município uma companhia de desenvolvimento. Nós não temos outra saída, em conversa com o deputado Humberto Mosaico do Estado do Mato Grosso, eu entrei nessa questão, e ele disse que Mato Grosso, nos anos 88 e 89, passou por um processo parecido com esse. Para eles, o interesse nos municípios está em habitação, em exploração de outra coisa, criadas as companhias municipais, que é um grau de dificuldade muito maior, porque você não tem estrutura nem física nem financeira, é dificílimo. Mas, segundo ele, a única saída que tem será fazer as Companhias municipais, que é legítima e constitucional.

O Senhor **Joaquin Ruiz,** Presidente da CODESAIMA – Estive, esta semana lá, e já está acertado, que qualquer projeto, e essa é a preocupação da prefeitura de Boa Vista, porque foi a que mais avançou, mas precisa ter um plano estadual de habitação. Se todas as prefeituras criarem suas companhias, mesmo assim, tem que ter um órgão do Estado, que regulamente essa situação. Isso já está sendo feito em todos os Estados, mas estamos aqui parados porque as prefeituras vão depender do plano estadual de habitação para poder ser aprovado no plano nacional de habitação, porque senão eles vão ficar sem recursos. O Estado fica sem ter emenda vinculada, aquela emenda carimbada, se não for aprovado no plano estadual e no plano nacional.

O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** – Com a Palavra o Diretor presidente do Conselho fiscal, Osmar Hentgs.

O Senhor **Osmar Hentges,** Presidente do Conselho Fiscal-CODESAIMA – Estou de Conselheiro Fiscal, eu vou me ater mais ao que cabe ao conselho fiscal, e no final vou fazer um resumo. O conselho fiscal tem a obrigação de cuidar do financeiro, patrimonial e contábil, analisar e fiscalizar, inclusive, os balanços de 2004 e 2005 foram analisados juntos,

eles ficaram numa condição de impossibilidade de dar qualquer tipo de parecer nem parcial ou com ressalva, foi totalmente parecer negativo tanto do conselho fiscal como da auditoria independente não houve condição nenhuma. Isso porque, se olhar a listagem de credores e devedores, vem de muitos anos. Então para tirar as dúvidas disso, e achar de onde que veio se realmente é real, então o conselho fiscal sugeriu que fossem feitas as comissões específicas para cada assunto analisar duas, três pessoas e analisar aquele assunto, inclusive, tem um trabalho, feito pela dona Célia, muito bom. Esse trabalho é muito prolongado, e eu tenho certeza que se acharia alguma coisa. É como o Chicão da Silveira falou, todos nós sabemos o que passou na CODESAIMA, todos os anos passados, praticamente todos os leigos sabem o que era certo e errado, e o patrimônio recente, até dois anos atrás, não se tinha localização. Então, eu tenho acompanhado mais de longe, mas quando eu entrei no conselho fiscal, a gente não tinha a relação de patrimônio, e muitas coisas que deveriam ter sido baixadas, por isso que há essa desconformidade no balanço, que o balanço tem uma apresentação vergonhosa, se um analista pegar um balanço desse, ela não dá crédito nenhum. Então, como a maioria dos bens estão penhorados por dívidas, inclusive, bens penhorados duas vezes, em resumo nós analisamos junto com a auditoria, nós do conselho fiscal e a contabilidade, na maneira que estava o prejuízo, era assustador, a lei da SA não me permite que se faça a compensação do prejuízo com o capital, se baixa o capital vai desaparecendo o prejuízo, e ai você faz uma norma da reavaliação do patrimônio e aquela reserva da reavaliação você pode reerguer o capital novamente e trazê-la próxima a uma situação bem mais equilibrada. Isso é permitido pela lei, e retirar todas as dívidas que constam lá e não são mais. Então todas essas diferenças, se forem ajustadas, trariam um balanço equilibrado e uma outra credibilidade perante qualquer outro órgão. E a colocação feita pelos Deputados Ionilson Sampaio, Rodolfo Braga e o Chicão da Silveira, também nessa exposição de motivos que nós fizemos, e aconteceu a extinção da CODESAIMA, então o conhecimento de contábil, auditoria, finanças, orçamento e planejamento que entendo ..(troca de fita).. Então essa aprovação para mim foi, precipitadamente, por falta de convidar mais pessoas para expor e antes ter feito uma analise prévia do assunto e encaminhado à Assembléia para terem mais informações, para poder fazer essa decisão. Eu sugeriria que existisse uma nova avaliação desse trabalho que está em andamento, seria a minha sugestão.

O Senhor Deputado **Remídio Monai** – Na época nós estávamos votando, meio que de última hora nós fomos correr atrás, para nós não votarmos a favor da extinção da CODESAIMA, nós fomos à Caixa, foi eu o Braga e a Aurelina, a informação que a Caixa nos deu, e reconheço que foi um negócio apressado de última hora, é que a dívida que a CODESAIMA tinha era muito maior que o crédito. A outra questão é que segundo os técnicos do Governo, esse direito de exploração do minério era transferível para o Governo do Estado, porque era acionista majoritário da CODESAIMA, então nos convenceu. Pelo que eu vejo, aí, só tem um jeito, é interromper a liquidação da CODESAIMA, desde que o Governo quisesse fazer isso, colocando a usina de leite em leilão, MARFIR e transferir para a iniciativa privada essa parte podre. Mas isso é uma questão política, para ele fazer isso o Governo vai ter que injetar dinheiro para poder sanar, ter como leiloar, tirar da mão da penhora que existe. Se tiver uma forma de interromper esse processo de extinção, salvando essa parte de habitação e essa questão da mineração é louvável a gente tentar salvar essa questão, desde que o MARFIR, a usina de leite e demais coisas sejam passados para a iniciativa privada.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – O corpo técnico da CODESAIMA, está bem claro que eles vão tentar achar uma solução para isso. Nós não temos que tentar salvar, não, nós temos que salvar, até porque é uma maneira de nos redimir do pecado que a gente cometeu, porque se não fizermos isso, causará sérios e irrecuperáveis prejuízos para o Estado, e vai ficar nas nossas cabeças quando nós sairmos daqui a culpa, até minha que votei contra mas que foi na minha legislatura. Então temos que arrumar uma solução para isso. Nós tínhamos que prover a CODESAIMA de condições necessárias para que ela possa fazer isso. Em primeiro lugar restaurando o orçamento de que ela precisa para que ponha isso em andamento. Agora não se faz isso se não tiver a condição de se fazer. Então, a Assembléia Legislativa precisa, se quiser ter compromisso com essa situação, é abrir o canal de interlocução com o Governo, e mostrar a realidade disso falando tecnicamente. Eu tenho certeza que é a partir daí que se encontrar essa situação, a própria ALE vai estar pronta para votar aquilo que for necessário para que a gente possa salvar o que ficou de bom nisso.

O Senhor Deputado **Rodolfo Braga** – Ontem eu expus vária coisas aqui, e dentro do assunto eu disse que a liquidação de uma empresa não se fazia de um dia para noite. Nós íamos passar tempo, e, quando eu bati o pé no dia da votação, que só votaria quando nós criássemos essa Comissão, que foi criada na última hora, e eu dizia que essa Comissão era muito importante, nós precisávamos acompanhar, eu sabia que essa liquidação seria diferente da DER. E, como sou aliado do Governo, eu votei, porquanto nós conseguimos estancar um sangria muito grande, que correspondia em torno de trinta milhões/ano. Ontem eu disse se quiséssemos trabalhar, nós tínhamos muito a fazer, porque eu participei da Comissão do DER, e não foi nem metade do trabalho, nem um terço que nós vamos ter nesta Comissão, porque você sabe os problemas que vamos ter aqui. O problema da Mineração eu levantei no dia lá, perguntei como ia ficar o problema das áreas, das quais CODESAIMA era detentora. Os técnicos repassaram que a CODESAIMA tinha, mas nunca foi dado para ela o direto para ela explorar a mineração, e como o Estado tinha noventa e cinco por cento das ações repassava automaticamente para o Estado. Outro item é referente à Caixa Econômica, cujos técnicos não disseram que era moeda podre. O Deputado Remídio Monai estava junto, e disse que a dívida nossa era superior o que nós tínhamos que receber com FCVS. aí eu vim consciente de que eu tinha que defender a extinção da CODESAIMA, e eu fui um dos deputados que foram à tribuna defender a sua extinção. A partir das informações passadas para nós dessa maneira, eu fui para tribuna e defendi a extinção. Então eu quero dizer aqui que, se realmente tem como a gente chegar a um consenso de que a CODESAIMA é viável, eu estou indo essa semana ao Rio, porquanto um dos Diretores do INMETRO esteve aqui em Boa Vista, ele veio aqui nos cobrar mais ações do IPEM, porquanto o INMETRO tem dinheiro sobrando para investir aqui, inclusive, fazendo sua sede e trazendo equipamento. Então eu vou estar esta semana no INMETRO, porque vou levar o documento de doação do terreno que a prefeitura já repassou para o Estado.

O Senhor Presidente, Deputado **Zé Reinaldo** – Eu vou nomear, e pedir que se manifestem três deputados para fazer a visita a CACI, e em seguida se dirijam a CACI em Minas Gerais,mas como vossa excelência está indo ao Rio, vamos escolher só dois deputados, para ir com vossa excelência.

O Senhor Deputado **Rodolfo Braga** – Eu só quero, para encerrar, dizer que esta Comissão está imbuída com os melhores propósitos em resolver esse problema, eu acho que todos aqui, estamos com os melhores propósitos, portanto não vejo nenhum entrave, se nós acharmos que é viável manter a CODESAIMA, iremos lutar para que isso aconteça.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Na época, por ser base aliada do Governo, fui confundido como oposição, porque eu votei contra a extinção da CODESAIMA. A CODESAIAM por muito tempo cumpriu com suas funções sociais, além dela ter contribuído com uma parcela de desenvolvimento do Estado, a União tem um débito enorme. Então, quero dizer que nós criamos aqui a Secretaria Extraordinária do Agronegócio para cuidar do agronegócio, como fomos nós que fizemos a lei, que criamos a extinção da CODESAIMA, se nós quiséssemos voltar atrás com os pareceres técnicos, mostrando ao governador a necessidade de recriamos a lei, mostrando que a CODESAIMA é viável, e dizer que há a necessidade da existência da Companhia.

O Senhor Presidente, Deputado **Zé Reinaldo** – Gostaria que o Joaquin Ruiz fizesse uma explanação rápida sobre os conjuntos habitacionais.

O Senhor **Ricardo Mattos,** Consultor da CODESAIMA – Eu só queria colocar, presidente, que nós temos ferramentas hoje dentro de resoluções dentro do conselho do FCVS e do FGTS que ajudam a salvar essa situação financeira da CODESAIMA. A resolução 479, que há um débito da CODESAIMA em cima do FCVS e FGTS de empréstimo, de acordo com a própria lei 10.150, no art. 27 garante a CODESAIMA parcelar essa dívida e ter um encontro de contas quando for liberado o FCVS para ela. Então eu tenho uma ferramenta um instrumento, mas preciso do apoio do Joaquin para poder fluir. Nós temos uma situação que foi levantada em 1993, que é uma confissão de dívida que não procede. Na criação do Estado, as dívidas do território foram passadas para o Estado, foi feito isso em 1993, se nós hoje entrarmos com uma ação de suspensão deste contrato e o ressarcimento uma conciliação, eu tenho mais ou menos cem milhões de reais para poder negociar e flexibilizar a limpeza da CODESAIMA. Então com esse contrato é só buscar a Constituição art. 14 das disposições transitórias que procedesse a lei complementar 41 de 1981 de Rondônia, que diz que a dívida do território passa a ser da União. Então com isso aqui nas mãos eu já tenho alguns valores na mão que posso alimentar o saneamento da CODESAIMA. Agora tem que ter vontade política. A CODESAIMA hoje se encontra numa situação de falta de certidão negativa, se nós encaminharmos ao TJ a situação dos conjuntos habitacionais, pedindo um provimento legal de regularização, nós temos uma condição de legalizar os conjuntos, que é um dos itens para a habilitação junto ao FCVS independente da CND, porque o grande entrave é que o loteamento tem que estar registrado para poder dar a seqüência. E o processo que a gente fala que a equipe que hoje está na CODESAIMA quer acertar.

O Senhor Presidente Deputado **Zé Reinaldo** – Pelo que entendi, a Montreal dispõe de todos os dados de todas as operações que foram feitas pela CODESAIMA?

O Senhor **Ricardo Mattos,** Consultor da CODESAIMA – Ela tem todos os dados da carteira de crédito imobiliário da CODESAIMA.

O Senhor Deputado **Ronaldo Trajano** – A gente viu por todos os relatos de ontem para hoje, que a CODESAIMA era na realidade um boi de piranha, pelo que estou vendo hoje, vejo a CODESAIMA de forma diferente, estamos vendo hoje e CODESAIMA como a coisa mais importante do Estado de Roraima pelas viabilidades que vai trazer. Então eu vejo que essa Comissão vai estar pronta para ajudar naquilo que for preciso e, com certeza, a gente vai acompanhar e fazer o máximo possível, nós não vamos trabalhar para atrapalhar, pelo contrário, iremos ajudar da melhor forma possível. Agora o que eu vejo é que nós nos sentimos enganados pela liderança do Governo, pelas pessoas que trouxeram o processo da liquidação para esta

casa. Eu me sinto enganado, nunca mais serei enganado da forma como fui, não vou dizer aqui para vocês, que votei pela não extinção da CODESAIMA, votei porque o que trouxeram para nós foram palavras e respostas falsas, documentos falsos. Por que não trouxeram a verdade? Então, por esse levantamento que nós temos aqui, a gente vê a história totalmente diferente da CODESAIMA, hoje vocês estão nos trazendo uma realidade diferente do que é realmente a CODESAIMA, pois ainda é tempo de salvar pelo menos uma parte boa. Então, eu vejo que a viagem que vamos fazer para fora, vamos constatar a realidade, e o que pudermos pedir de ajuda aos nossos parlamentares federais, também a gente vai atrás. Essas são as minhas colocações.

O Senhor Presidente, Deputado **Zé Reinaldo** – Passo agora a palavra para Osmar Hentegs para suas considerações finais.

O Senhor **Osmar Henteges,** Presidente do Conselho Fiscal – Eu só quero reafirmar minhas colocações e dizer que a Companhia precisa de um enxugamento sério, profundo até o limite necessário e resguardar o patrimônio incalculável, da CODESAIMA.

O Senhor **Joaquin Ruiz,** Presidente da CODESAIMA – Quando eu fui chamado, foi para ser liquidante, eu ouvi muito os deputados colocarem sobre o problema de informação, a informação depois que a Comissão foi criada, cabe ao liquidante passar, essas informações é um trabalho muito demorado. Hoje vocês estão com essa avaliação, porque a presidência da Comissão está munida de uma vasta documentação que vem ocorrendo a partir do momento em que vai se levantando no processo de liquidação. Hoje vocês podem colocar como estão colocando, porquê essas informações podem oferecer o contraditório. Outro ponto que não colocamos aqui, é que, com a liquidação da CODESAIMA, nós tínhamos dois mil quatrocentos e dois lotes, terrenos, que já se transformaram em uso capião, pessoas que [illegible]m há dez, quinze anos, nesses terrenos, precisam se regularizar. Como a maioria desses terrenos, está no nome da CODESAIMA, a prefeitura me cobra IPTU, e essa dívida está virando uma bola de neve. Nós abrimos um canal de negociação com a EMUR, e já temos um bom entendimento para regularizar essas áreas, como é uso capião, eu não tenho mais como pagar, mas a prefeitura não sabe que esse pessoal invadiu tudo isso, se nós passarmos essa informação, eu tiro uma dívida da CODESAIMA de um milhão e setecentos. Se a comissão quiser, com o acesso que nós temos com a Montreal e a CACI, nós podemos fazer todo o contato de habitação para que vocês tenham lá todas as informações necessárias. E encerro, dizendo para os senhores que esse processo de informação se deu a partir do momento que se buscou regularizar a situação da empresa para que nós possamos finalizar como liquidação.

O Senhor Presidente, Deputado **Zé Reinaldo** – Quero agradecer a todos presentes, e fazer um registro. O Deputado Rodolfo Braga disse uma coisa importante. Eu me lembro, Rodolfo Braga, quando assumi os trabalhos da Comissão, como Relator, do Projeto que autorizava a liquidação da CODESAIMA, de quantas frustrações houve para a Comissão, até mesmo por parte dos Presidentes que nunca sequer deram uma resposta por escrito. Porém, hoje, queremos fazer um agradecimento especial para essa nova equipe, que está fazendo um trabalho muito bom perante a empresa. E que nós, também, diante do que foi falado, é importante dizer que quando nós queremos fazemos a coisa acontecer. E, em função disso, duas reuniões que [illegible]nteceram foram proveitosas. Ao apoio do nosso pessoal, agradeço a [illegible]s, e dou por encerrada a presente reunião.

Deputado **Zé Reinaldo**
Presidente da Comissão
Deputado **Ionilson Sampaio**
Vice-Presidente
Deputado Chicão da Silveira
Membro
Deputado **Remídio Monai**
Membro
Deputado Rodolfo Braga
Membro

## REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES

### REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE: EDUCAÇÃO, SAÚDE, SEGURANÇA PÚBLICA, AÇÃO SOCIAL E COLONIZAÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, DA FAMÍLIA E DA MULHER.

### REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2008.

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e oito, às dez horas e cinquenta e sete minutos, no Plenário desta Casa Parlamentar, reuniram-se as Comissões Permanentes deste Poder. Conforme preceituam os artigos 50 e 56 do Regimento Interno desta Casa de Leis, assumiu a Presidência da Comissão o Senhor Deputado Ionilson Sampaio Presidente da Comissão de Educação, Saúde, Segurança Pública, Ação Social e Colonização. **ABERTURA:** O Senhor Presidente solicitou à Secretária desta Comissão proceder à verificação de quorum, constatada a presença de 06 Deputados, portanto, número regimental suficiente para declarar a abertura dos trabalhos. Não houve ata para aprovação. **EXPEDIENTE**: O Senhor Presidente constatou na mesa dos trabalhos, para apreciação e deliberação desta Comissão, o **Projeto de Lei n.º 064/07,** de autoria da senhora Deputada Lucia Peixoto, que "Dispõe sobre as sacolas plásticas fornecidas por estabelecimentos comerciais para embalagens ou reembalagens de produtos, e dá outras providências". Prosseguindo, o Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais, designou o Senhor Deputado Chicão da Silveira para emitir parecer à Matéria. E, então, o Senhor Presidente suspendeu a reunião pelo tempo necessário para que o senhor Relator emitisse parecer. Após o tempo estipulado, solicitou ao Relator proceder à leitura do Parecer favorável. O Senhor Presidente colocou o Parecer em discussão. Discutiram a Matéria os Senhores Deputados: Sargento Damosiel, Aurelina Medeiros e Marília Pinto. Colocado em votação, foi rejeitado o Parecer por 5 votos a 1. **Encerramento:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, declarou encerrada a reunião às onze horas e cinco minutos. E, para constar, eu, Valnéia da Silva Gutierrez, Secretária, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Deputado **Ionilson Sampaio**
*Presidente da Comissão*

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, SEGURANÇA PÚBLICA, AÇÃO SOCIAL E COLONIZAÇÃO

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, SEGURANÇA PÚBLICA, AÇÃO SOCIAL E COLONIZAÇÃO

### 49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2008.

Aos seis dias do mês de março do ano de 2008, às dez horas e quinze minutos no Plenário desta Casa Parlamentar, realizou-se, extraordinariamente, a reunião da Comissão de Educação, Saúde, Segurança Pública, Ação Social e Colonização, sob a Presidência do Senhor Deputado Ionilson Sampaio Presidente desta Comissão. Presentes os Senhores Membros Deputados, Chicão da Silveira, Zé Reinaldo, Marília Pinto, Célio Wanderley e Sargento Damosiel. **Abertura:** Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e passou ao exame da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Chicão da Silveira, foi dispensada a leitura da Ata, colocada em discussão e, não havendo nenhuma retificação por parte dos membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros desta Comissão. **Expediente**: Não Houve. **Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n.º 059/07,** de autoria do Senhor Deputado Rodolfo Braga, que "Institui a semana Estadual da Saúde Bucal no Estado de Roraima e dá outras providências". Relator Deputado Zé Reinaldo, Parecer Favorável. Não houve discussão. Submetido a votação, o parecer do Relator foi aprovado por unanimidade na Comissão. **Encerramento:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, encerrou a reunião às dez horas e trinta minutos e, para constar, eu, Valnéia da Silva Gutierre, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

**Ionilson Sampaio**
Presidente da Comissão







